

IDEA

Instituto de Planejamento Econômico e Social

INPES

Instituto de Pesquisas

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 156

"AS DESIGUALDADES INTER-REGIO
NAIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
NÔMICO NO BRASIL"

Thompson Almeida Andrade

Outubro de 1988

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 156

"AS DESIGUALDADES INTER-REGIO
NAIS DE DESENVOLVIMENTO ECÔ
NÔMICO NO BRASIL"

Thompson Almeida Andrade

Outubro de 1988

Tiragem: 100 exemplares

Trabalho concluído em: Setembro de 1988

Instituto de Pesquisas do IPEA
Instituto de Planejamento Econômico e Social
Avenida Presidente Antônio Carlos, 51 - 13º/17º andares
Rio de Janeiro/RJ
20020

Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade do seu autor. As opi
niões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secreta
ria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

AS DESIGUALDADES INTER-REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO NO BRASIL

Thompson Almeida Andrade*

- I - Introdução
- II - As desigualdades inter-regionais: a tendência do fenômeno
- III - As desigualdades inter-regionais: a mensuração do fenômeno
- IV - As transformações estruturais e as desigualdades de desempenho produtivo das regiões
- V - As desigualdades inter-regionais na década de 80
 - V.a - A evolução do PIB nordestino
 - V.b - A evolução do rendimento médio nas PNAD
- VI - Comentários Finais

* Do INPES/IPEA

SINOPSE

Este estudo examina a evolução das desigualdades regionais no Brasil a partir de 1970. São utilizadas, para isto, as estimativas revistas para o PIB estadual e regional feitas pelo IBGE para os anos de 1970, 1975 e 1980, as estimativas do mesmo agregado feitas pela SUDENE para os estados nordestinos para o período 1980/83 e os dados estaduais de rendimento médio dos trabalhadores, calculados pelas PNAD de 1984, 1985 e 1986.

Inicialmente é feita uma revisão da controvérsia a respeito da tendência histórica das desigualdades inter-regionais em um país. Posteriormente se constata que houve uma redução nas diferenças de produto per capita entre as regiões brasileiras no período analisado, mas que as mesmas ainda são muito grandes porque a diminuição nas desigualdades foi, na verdade, relativamente pequena. A região que se sobressai em termos de crescimento econômico no período é o Centro-Oeste, o qual teve um dinamismo excepcional. Também a região Norte se destacou em termos de crescimento, mas seu atraso é ainda muito grande em relação às demais regiões. O Nordeste, apesar dos investimentos e dos programas de apoio à região, e dos impactos positivos que os mesmos tiveram sobre a sua estrutura produtiva, ainda apresenta um grande desnível de renda per capita. A análise das desigualdades intra-regionais, ou seja, entre os estados componentes de uma mesma região, mostrou que a experiência foi variada, em função do desempenho mais ou menos dinâmico de alguns dos estados componentes da mesma.



I - INTRODUÇÃO

A recente publicação, pelo IBGE, de suas novas estimativas do Produto Interno Bruto por unidades da Federação para os anos de 1970, 1975 e 1980, e a disponibilidade de algumas estatísticas que retratam o desempenho econômico das regiões na presente década, apresentam uma boa oportunidade para o exame das alterações que possam ter ocorrido nas desigualdades inter-regionais de desenvolvimento econômico no país durante esse período.

A análise das desigualdades inter-regionais se justifica não só porque existem várias agências governamentais no Brasil com o objetivo de promover o crescimento econômico regional - e que, por isso, precisam ter o seu desempenho periodicamente avaliado -, como também porque os desníveis sócio-econômicos existentes no país são sempre motivo de preocupação manifestada nos planos nacionais de desenvolvimento. Na realidade, o governo federal vem há várias décadas procurando reduzir as grandes diferenças econômicas e sociais observadas entre as regiões, usando para isso os mais diversos instrumentos, como os investimentos diretos, a transferência de recursos financeiros e os incentivos fiscais e creditícios oferecidos a atividades que se instalam nas áreas menos desenvolvidas. É importante avaliar de que forma este esforço se traduziu em efetiva redução nas disparidades observadas.

A segunda seção deste trabalho faz um breve relato da disputa teórica que é encontrada na bibliografia especializada a respeito da tendência esperada para as desigualdades inter-regionais no processo de crescimento de um país. A terceira seção utiliza as estimativas do PIB para os estados para examinar a situação de desigualdade existente nos três anos mencionados (1970, 1975 e 1980). A quarta seção mostra as transformações nas estruturas produtivas regionais ocorridas na década passada. A quinta seção examina as evidências de crescimento diferenciado na presente década e verifica se a tendência de diminuição das desigualdades da década passada teria persistido. A sexta e última seção contém apenas os comentários finais do trabalho.

II - AS DESIGUALDADES INTER-REGIONAIS: A TENDÊNCIA DO FENÔMENO

A existência de regiões em um país que exhibe diferentes níveis de desenvolvimento econômico é um fenômeno comum. Entretanto, o caso brasileiro, devido à amplitude das diferenças, é frequentemente mencionado nas discussões sobre o assunto.

Há um certo consenso entre os estudiosos da questão das desigualdades inter-regionais quanto à origem inicial das mesmas em um país. Afinal, basta lembrar que os recursos naturais estão desigualmente distribuídos pelo território nacional, e que os processos históricos de ocupação e de exploração de partes do mesmo ocorreram em períodos e condições diferentes. A discordância dos estudiosos aparece quando se procura especular sobre o que ocorrerá com essa desigualdade inicial nos estágios posteriores do desenvolvimento econômico do país. Há quem pense, por exemplo, que a desigualdade não apenas persistirá, como aumentará, dada a existência de vantagens produtivas que se acumularam nas regiões em que o processo de desenvolvimento deslançou. Isto contrariando, portanto, as idéias dos neoclássicos, os quais acreditavam que o desequilíbrios regionais desapareceriam por força do funcionamento do mercado. Ou seja, a igualação nas remunerações dos fatores de produção que resultaria da mobilidade inter-regional dos mesmos eliminaria a possibilidade de permanência do fenômeno¹. Myrdal é um dos que acreditam que as desigualdades iniciais aumentarão porque os fluxos de fatores de produção, em vez de serem reequilibradores, como imaginado pelos neoclássicos, tenderão a se orientar e a se concentrar nas áreas atingidas pelo desenvolvimento, favorecendo o seu posterior crescimento². Já Williamson, embora concorde com

¹Ver Borts, G.H. e Stein, J.L. Economic Growth in a Free Market. Columbia University Press, 1964 e Borts, G.H., "The Equalization of Returns and Regional Economic Growth". American Economic Review, 1960, vol. 50, pp. 319-47.

²Myrdal, G. Economic Theory and Underdeveloped Regions. London, Gerald Duckworth, 1975, chapters 3-5.

Myrdal quanto à tendência do agravamento das disparidades iniciais, discorda da idéia de que as diferenças inter-regionais sempre se alargarão³. Para ele, nos estágios mais avançados do processo de crescimento nacional, os seguintes fatores operarão no sentido de diminuir as disparidades entre as regiões:

i) a migração de mão-de-obra da região pobre para a rica será estancada, uma vez que os diferenciais de salários (indutores da migração) tenderão a desaparecer e a região oferecerá condições para absorver produtivamente a sua oferta de mão-de-obra;

ii) as economias externas que existiam na região rica serão exauridas com a aglomeração das atividades, o que provocará a reversão nos fluxos que concentravam atividades na mesma;

iii) os mercados de capitais tenderão a se desenvolver na região pobre, diminuindo a perda de capitais para outras regiões; e

iv) o governo central, passada a fase de construção da infra-estrutura básica do país - característica dos primeiros estágios do processo de crescimento nacional -, terá mais condições para implementar programas redistributivos para reduzir as desigualdades.

A tese de Williamson pode ser ilustrada através de um gráfico que mostre a evolução de um coeficiente de desigualdade inter-regional no tempo: a curva terá o formato de um "U" invertido, indicando que as desigualdades relativas aumentam nos estágios iniciais do crescimento nacional, atingem um máximo em um dado estágio intermediário, e diminuem nos estágios superiores. Esta tese foi objeto de teste por parte de Williamson, o qual usou dados de cross-section para um grupo de países, de forma a retratar os diferentes estágios de crescimento econômico por que passa um país, tendo resultado em aceitação da mesma. Outros testes, feitos com estu

³Williamson, J.G. "Regional Inequality and the Process of National Development: A Description of Patterns". Economic Development and Cultural Change, vol. 13, 1965, pp. 3-45.

dos de casos e com dados de cross-section para alguns estados dos Estados Unidos, também não foram capazes de refutar a sua tese.

Richardson, embora concorde em vários pontos com Williamson, lista uma série de razões pelas quais não se pode esperar uma tendência ao desaparecimento das desigualdades inter-regionais⁴. Por exemplo, a possibilidade de reversão dos fluxos de fatores de produção inter-regionais (o que levaria a uma igualação nas remunerações desses fatores) não assegura uma convergência nos níveis de desenvolvimento das regiões porque a igualação só ocorreria para os fatores de mesma natureza existentes em ambas as regiões, ou seja, só para os fatores homogêneos. Sabe-se, entretanto, que o fator trabalho não é homogêneo entre as regiões em virtude das diferenças que existem nas estruturas ocupacionais, nas taxas de pessoal ocupado, nas qualificações técnicas, etc.

Outros teóricos lembram que os grandes centros urbanos acumulam investimentos públicos e privados que lhes dão vantagens comparativas em termos da indução locacional que tais investimentos exercem, atraindo novas inversões. As demais regiões e centros urbanos mostram-se incapazes de competir com vantagem e, por isso, a tendência previsível é a persistência, com agravamento, das desigualdades inter-regionais, motivadoras da repulsão de atividades e de pessoas das pequenas cidades para as grandes. Entretanto, há quem discorde disso alegando que as vantagens relativas apresentadas pelos centros urbanos maiores diminuirão por força das deseconomias de aglomeração, reduzindo a atratividade dos mesmos e expulsando até atividades que se tornaram economicamente ineficientes naquelas localidades. Além disso, o próprio processo de crescimento dos centros urbanos menores permitirá o aparecimento e o aproveitamento de economias de escala nos mesmos, atraindo investimentos para eles.

⁴Richardson, H.W. Economia Regional. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, pp. 336-346 e Richardson, H.W. Regional and Urban Economics. Middlesex, Penguin Books, 1978, pp. 135-145.

Pelo que foi exposto, pode-se perceber que a discussão teórica é inconclusiva. Podem ser citados fatores e argumentos que sustentam uma ou outra posição, e o que se pode esperar é que alguns desses fatores tenham a predominância em determinadas circunstâncias, dependendo o resultado final do efeito líquido produzido pelo complexo funcionamento de todas essas forças. Cabe lembrar, contudo, que mesmo que se possa concordar que a tendência a longo prazo seja o desaparecimento das desigualdades inter-regionais, não se tem nenhum indício de quão afastado está este futuro. Isto nos obriga a pensar na inevitabilidade da implementação de programas governamentais para reduzir as desigualdades. Como ao governo cabe adotar políticas que além de promover o desenvolvimento econômico do país, também reduzam as desigualdades geradas no processo de desenvolvimento, não se pode desprezar a necessidade de intervenção pública nesse processo, independentemente da tendência de menor ou maior desigualdade inter-regional no longo prazo.

A experiência brasileira com a implementação de políticas e programas de desenvolvimento regional é grande. Nas últimas décadas, o esforço de promoção do desenvolvimento das regiões mais atrasadas do país compreendeu a criação de bancos e superintendências regionais de desenvolvimento, uma ampla utilização de incentivos fiscais e creditícios e uma série de programas regionais especiais, entre os quais podem ser citados o Programa de Integração Nacional, o Polamazônia, o Polonordeste, o Proterra, o Sertanejo, o Projeto Nordeste, entre vários outros. As avaliações feitas de todo este arsenal de instrumentos têm sido bastante críticas quanto ao seu desempenho e postulam a reformulação de todo o sistema de incentivos para que os resultados possam atingir os objetivos da política de redução das disparidades inter-regionais de níveis de bem-estar.

III - AS DESIGUALDADES INTER-REGIONAIS: A MENSURAÇÃO DO FENÔMENO

A Tabela 1 demonstra quão grande é a concentração produtiva no Brasil. Vê-se, por exemplo, que a região Sudeste gerava mais de 60% do PIB total regionalizado, ou seja, produzia mais de CZ\$ 7 bilhões dos cerca de CZ\$ 12 bilhões gerados pelo conjunto de

atividades produtivas estaduais em 1980. Deve-se notar que apenas São Paulo era responsável por quase 38% do PIB total, produzindo CZ\$ 4,6 bilhões naquele ano. Nos anos anteriores, 1970 e 1975, esta concentração era ainda maior, sendo que em 1970 a percentagem do PIB atribuída à região Sudeste era de quase 66% e ao estado paulista cabia quase 40% do Produto. Apenas por esta observação pode-se esperar que as desigualdades inter-regionais tenham diminuído na década, já que as demais regiões tiveram uma participação relativa crescente no Produto Nacional. Observa-se, por exemplo, que a participação da região Norte, embora diminuta, cresceu de 2,16% em 1970 para 3,09% em 1980; a região Nordeste praticamente teve a sua parcela no PIB mantida constante, variando de 11,71 para 11,98% no período; a região Sul, a segunda maior região produtora de bens e serviços no país, apresentou um comportamento flutuante, pois sua parcela era de 16,71% em 1970, passou para 18,11% em 1975 e desceu para 17% em 1980; a região Centro-Oeste, tal como a região Norte, tinha uma participação também reduzida, mas crescente, no PIB total, passando de 3,87% em 1970 para 5,52% em 1980.

Intra-regionalmente, ou seja, a nível dos estados, o comportamento foi semelhante, em geral havendo crescimento da participação em cada estado quando a região teve sua parcela aumentada e vice-versa, com pequenas exceções.

Os números que aparecem na Tabela I implicam desempenhos produtivos diferenciados, o que explica as variações nas participações de cada estado e de cada região no PIB total na década passada. As dinâmicas diferenciadas podem ser observadas na Tabela II, a qual mostra as taxas anuais médias de crescimento dos seus PIB. Nesta tabela as taxas estão calculadas não só para o período 1970/80, mas também para os subperíodos 1970/75 e 1975/80.

De uma forma geral, as regiões menos desenvolvidas do país apresentaram um crescimento econômico superior ao das mais desenvolvidas, no período 1970/80. Isto explica a sua crescente participação no PIB total e o correspondente decréscimo do Sudeste e, portanto, a possível diminuição nas desigualdades inter-regionais no período. Enquanto o crescimento para o total das regiões

TABELA I
PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES PARA AS REGIÕES E ESTADOS
BRASILEIROS EM 1970, 1975 e 1980. (*)
(em milhões de cruzados de 1980)

REGIÕES E ESTADOS	PIB REGIONAL E ESTADUAL			PIB COMO % DO PIB NACIONAL		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
<u>Norte</u>	99,3	162,8	379,3	2,16	2,10	3,09
Rondônia	4,8	9,3	29,2	0,10	0,12	0,24
Acre	5,9	6,2	14,3	0,13	0,08	0,12
Amazonas	31,6	58,2	134	0,69	0,75	1,09
Roraima	1,5	2,6	5,2	0,03	0,03	0,04
Pará	50,4	81,7	187,9	1,10	1,05	1,53
Amapá	5,2	4,7	8,7	0,11	0,06	0,07
<u>Nordeste</u>	537,7	877,4	1471,4	11,71	11,30	11,98
Maranhão	37,8	58,9	103,7	0,82	0,76	0,84
Piauí	16,9	29,1	46,5	0,37	0,37	0,38
Ceará	66,1	102,5	189,5	1,44	1,32	1,54
R.G. do Norte	24,6	46,1	75	0,54	0,59	0,61
Paraíba	32,7	54,9	80,1	0,71	0,71	0,65
Pernambuco	133,7	211,5	311,7	2,91	2,72	2,54
Alagoas	31,2	50,1	81,7	0,68	0,65	0,67
Sergipe	19,8	31,2	49,5	0,43	0,40	0,40
Bahia	174,8	293,1	533,7	3,80	3,78	4,35
<u>Sudeste</u>	3011,2	4984,3	7666,3	65,55	64,22	62,42
Minas Gerais	380,3	666,6	1140	8,28	8,59	9,28
Espírito Santo	54,1	82,3	178,4	1,18	1,06	1,45
Rio de Janeiro	765,7	1193,3	1743,3	16,67	15,37	14,19
São Paulo	1811,1	3042,1	4604,6	39,43	39,19	37,49
<u>Sul</u>	767,7	1405,8	2087,6	16,71	18,11	17,00
Paraná	249,5	520,6	715,8	5,43	6,71	5,83
Santa Catarina	123,00	216,9	391,6	2,68	2,79	3,19
R. G. do Sul	395,2	668,3	980,2	8,60	8,61	7,98
<u>Centro-Oeste</u>	177,9	331,1	677,4	3,87	4,27	5,52
Mato Grosso	50,1	34,1	73	1,09	0,44	0,59
Goiás	69,7	124,3	227	15,20	1,60	1,85
Distrito Federal	58,1	109,1	243,8	1,26	1,41	1,99
M. Grosso do Sul		63,6	133,6		0,82	1,09
Total	4593,7	7761,4	12282	100,00	100,00	100,00

FONTE: Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas.

(*) Os valores registrados para cada estado referem-se aos que puderam ser regionalizados. O total na tabela é a soma dos valores de cada estado e não o PIB do Brasil. A diferença para menos é 17,3, 13,5 e 2,8%, respectivamente para 1970, 1975 e 1980.

foi de 10,33% ao ano, a região Norte teve uma taxa de crescimento média anual de 14,34%, decorrente do grande crescimento das áreas de colonização recente, como é o caso de Rondônia (que cresceu 19,85%) e os Estados do Amazonas, Roraima e Pará (com taxas, de 15,54, 13,49 e 14,05% respectivamente); outra região de grande crescimento no período foi o Centro-Oeste, com taxa anual semelhante à do Norte, de 14,31% ao ano; as regiões Norte e Sul cresceram ligeiramente acima da média, cerca de 10,5%, enquanto a região Sudeste teve um crescimento abaixo da média, 9,8%, provocado pelo menor dinamismo de São Paulo (9,78%) e do Rio de Janeiro (8,58%).

Nos dois subperíodos, 1970/75 e 1975/80, são claras as tendências no sentido da diminuição dos desníveis inter-regionais. Senão, vejamos:

i) na fase de aceleração do crescimento nacional, este crescimento atingiu de forma igual a todas as regiões, devendo-se notar o grande dinamismo das regiões Sul e Centro-Oeste, com taxas de 12,86 e 13,24%, respectivamente. A maioria dos estados das regiões menos desenvolvidas cresceram mais que São Paulo e Rio de Janeiro;

ii) na fase de desaceleração do crescimento nacional, a combinação de elevadas taxas de crescimento do Norte e do Centro-Oeste, da relativa estabilidade da alta taxa para o Nordeste e o menor crescimento (embora ainda alto) do Sudeste e do Sul operaram no sentido de fazer diminuir as desigualdades inter-regionais. Também neste período, muitos estados do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste cresceram mais que São Paulo e Rio de Janeiro.

As desigualdades inter-regionais, a exemplo dos desníveis internacionais, vêm sendo tradicionalmente analisadas com um indicador que procura sintetizar o nível de bem-estar da população, qual seja, o Produto per capita. Sabe-se quão impreciso é este indicador de bem-estar, quando estão presentes grandes diferenças interpessoais de renda, como é o caso nas economias em desenvolvimento. O ideal é analisar as diferenças do PIB per capita e uma medida de variância dessa variável, como os indicadores de con

TABELA II
TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIAS ANUAIS DO PIB
REGIONAIS E ESTADUAIS NOS PERÍODOS
1970/75, 1975/80 E 1970/80
 (Em Percentagem)

REGIÕES E ESTADOS	TAXAS DE CRESCIMENTO		
	1970/75	1975/80	1970/80
<u>Norte</u>	10,39	18,44	14,34
Rondônia	14,39	25,69	19,85
Acre	1,04	18,33	9,34
Amazonas	12,99	18,16	15,54
Roraima	12,49	14,49	13,49
Pará	10,13	18,12	14,05
Amapá	-1,88	13,21	5,39
<u>Nordeste</u>	10,29	10,89	10,59
Maranhão	9,28	11,98	10,62
Piauí	11,53	9,85	10,69
Ceará	9,15	13,08	11,10
Rio Grande do Norte	13,86	10,22	11,79
Paraíba	10,91	7,84	9,37
Pernambuco	9,60	8,07	8,83
Alagoas	9,92	10,26	10,09
Sergipe	9,50	9,65	9,57
Bahia	10,89	12,74	11,18
<u>Sudeste</u>	10,61	8,99	9,8
Minas Gerais	11,88	11,33	11,6
Espírito Santo	8,78	16,73	12,68
Rio de Janeiro	9,28	7,88	8,58
São Paulo	10,93	8,64	9,78
<u>Sul</u>	12,86	8,23	10,52
Paraná	15,85	6,58	11,12
Santa Catarina	12,01	12,54	12,28
Rio Grande do Sul	11,08	7,96	9,51
<u>Centro-Oeste</u>	13,24	15,39	14,31
Mato Grosso	-	16,41	3,83
Goiás	12,27	12,79	12,53
Distrito Federal	13,40	17,45	15,43
Mato Grosso do Sul		16,01	
Total	11,06	9,61	10,33

FONTE: Ver Tabela 1.

centração de renda, como o índice de Gini, por exemplo. A Tabela III mostra apenas a evolução do Produto per capita no período 1970 /80, indicando que houve um generalizado crescimento no nível de bem-estar médio das populações regionais, embora possa ter havido uma piora para alguns segmentos das mesmas. Esse é um aspecto importante que mereceria uma análise, o que não vai ser feito aqui porque o nosso interesse no momento é ter uma visão mais agregada dos desníveis inter-regionais.

Percebe-se na Tabela III uma grande amplitude nas diferenças entre os PIB per capita estaduais, qualquer que seja o ano analisado. Por exemplo, em 1970 o menor PIB per capita do Brasil era o do Piauí, cerca de CZ\$ 10,00, enquanto o maior era o do Distrito Federal, igual a CZ\$ 110,00, ou seja, o maior era 11 vezes o menor. A região Sudeste, a mais desenvolvida, tinha um PIB per capita de CZ\$ 76,00, enquanto o PIB do Nordeste era apenas de CZ\$ 19,00. Para 1980, são estes mesmos estados e regiões que mostram as maiores diferenças do PIB per capita: Piauí, Distrito Federal, Nordeste e Sudeste, respectivamente CZ\$ 22,00, CZ\$ 209,00, CZ\$42,00 e CZ\$ 149,00. As discrepâncias ainda se mostram enormes, embora tenham decrescido em 1980 como resultado de crescimentos diferenciados na década.

Uma maneira de se mensurar as desigualdades inter-regionais é calcular o índice de Vw criado por Williamson. Este índice é calculado da seguinte forma:

$$v_w = \left\{ \sqrt{\sum (y_i - \bar{y})^2 (f_i/n)} \right\} / \bar{y}$$

onde: y_i é o Produto per capita do Estado i ,
 \bar{y} é o Produto per capita (médio) nacional,
 f_i é a população do Estado i .
 n é a população nacional.

Verifica-se, portanto, que Vw é calculado ponderando-se as diferenças do PIB per capita dos estados em relação ao PIB mé

TABELA III
PIB "PER CAPITA" DAS REGIÕES E DOS ESTADOS BRASILEIROS
EM 1970, 1975 e 1980. (*)
(em cruzados de 1980)

REGIÕES E ESTADOS	PIB <u>PER CAPITA</u>			PIB <u>PER CAPITA</u> COMO % DO PIB <u>PER CAPITA</u> NACIONAL		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
<u>Norte</u>	28	35	65	56,2	47,4	62,7
Rondônia	45	33	60	91,3	44,6	58,1
Acre	27	24	48	55,4	32,9	46,2
Amazonas	33	50	94	67,3	67,2	91
Roraima	36	45	66	73,5	61,4	64
Pará	24	30	56	47,4	40,5	53,6
Amapá	45	33	50	91,7	44,6	48,3
<u>Nordeste</u>	19	28	42	38,8	38,1	40,9
Maranhão	13	17	26	25,6	23,1	25,2
Piauí	10	15	22	20,3	20,8	21,1
Ceará	15	21	36	30,7	29	34,7
R. G. do Norte	16	27	40	32,2	36,5	38,3
Paraíba	14	22	29	27,8	29	28
Pernambuco	26	38	51	52,5	51	49,1
Alagoas	20	28	41	39,9	38,3	39,9
Sergipe	22	31	44	44,6	41,8	42,1
Bahia	23	35	57	47,3	47,2	54,7
<u>Sudeste</u>	76	110	149	153,2	148,9	143,6
Minas Gerais	33	54	85	67	73	82,5
Espírito Santo	34	46	89	68,5	62,1	85,4
Rio de Janeiro	86	119	155	172,5	160,6	149,6
São Paulo	103	149	185	207	195,1	178,4
<u>Sul</u>	47	80	110	94,2	107,6	106,1
Paraná	36	72	94	72,8	97,1	90,7
Santa Catarina	43	67	108	85,9	90,7	104,6
Rio Grande do Sul	59	93	126	120	126	122
<u>Centro-Oeste</u>	35	53	90	71,3	72,2	87,2
Mato Grosso	32	40	65	63,8	54,5	62,4
Goiás	24	37	59	48,1	50,1	57
Distrito Federal	110	132	209	222	178,2	202
Mato Grosso do Sul		55	98		73,8	94,6
Total	50	74	104	100	100	100

FONTE: Ver Tabela 1.

(*) As populações usadas para o cálculo foram as dos censos de 1970 e de 1980 e para 1975, as estimativas do IBGE.

dio nacional com as proporções da população nacional residente em cada estado, sendo a soma delas dividida pelo PIB médio nacional. Na realidade, este índice é um coeficiente de dispersão relativa como o coeficiente de variação.

Aplicando-se a fórmula acima, obtém-se os seguintes valores para V_w : 0,66 para 1970; 0,61 para 1975; e 0,54 para 1980, o que implica concluir que efetivamente as desigualdades inter-regionais declinaram na década 1970/80, embora ainda sejam relativamente altas⁵.

Para efeito da mensuração das desigualdades internas a cada região pode-se aplicar a mesma fórmula acima. Existem índices de que tais desníveis intra-regionais de desenvolvimento, medidos pelas diferenças do PIB per capita entre os estados da mesma região, se reduziram na década. A Tabela IV registra os coeficientes V_w calculados para cada região nos anos de 1970, 1975 e 1980. Analisando-se os valores encontrados para cada região, conclui-se que a heterogeneidade interna de desenvolvimento cresceu ligeiramente entre os estados do Norte (V_w passou de 0,2246 para 0,2594), praticamente permaneceu constante para o Nordeste (V_w aumentou de 0,2781 para 0,2845), enquanto que para as demais regiões as desigualdades internas diminuíram mais significativamente, pois para o Sudeste V_w passou de 0,4027 para 0,2867; para a região Sul, o coeficiente decresceu de 0,2311 para 0,1329; e para a região Centro-Oeste, o coeficiente variou de 0,7304 para 0,5868.

Deve-se notar que a despeito das desigualdades intra-regionais do PIB per capita serem relativamente pequenas (ã exceção da região Centro-Oeste, onde a discrepância causada pelo elevado nível do Distrito Federal faz com que V_w assumo o valor 0,5868), ainda persistem elevadas diferenças absolutas dentro de cada re-

⁵Ver em SUDENE/PIMES. Desigualdades Regionais do Desenvolvimento. Recife, (4 volumes), 1982, um profundo estudo sobre as desigualdades regionais no Brasil, analisando os mais diversos aspectos do problema, inclusive mensurando-as das mais diversas formas.

TABELA IV
COEFICIENTE DE DESIGUALDADE INTRA REGIONAL (VW)
PARA O PIB "PER CAPITA" EM 1970, 1975 e 1980

REGIÃO	VW		
	1970	1975	1980
Norte	0,2246	0,2509	0,2594
Nordeste	0,2781	0,2824	0,2845
Sudeste	0,4027	0,3616	0,2867
Sul	0,2311	0,1425	0,1329
Centro-Oeste	0,7304	0,5889	0,5868

gião. Por exemplo, na região Norte, o produto per capita do Acre (CZ\$ 48,00) em 1980 era quase a metade do registrado para o Amazonas (CZ\$ 94,00); na região Nordeste, o mesmo indicador para o Piauí, o estado menos desenvolvido, era 39% do PIB per capita da Bahia, ou seja, CZ\$ 22,00 contra CZ\$ 57,00, ambos os valores extremamente baixos tendo em vista a média nacional de CZ\$ 104,00; no Sudeste, os índices de Minas Gerais e do Espírito Santo (CZ\$ 85,00 e CZ\$ 89,00, respectivamente) eram praticamente a metade dos PIB do Rio de Janeiro e de São Paulo (CZ\$ 155,00 e CZ\$ 185,00, nesta ordem), implicando que existe uma dicotomia bem clara entre os estados mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos da região; na região Sul observa-se quase uma homogeneidade nos PIB per capita dos seus estados, embora os indicadores para o Paraná e para Santa Catarina (CZ\$ 94,00 e CZ\$ 108,00, nesta ordem) sejam aproximadamente 20% inferiores ao do Rio Grande do Sul, que era de CZ\$ 126,00; na região Centro-Oeste, o grande elemento para a existência de heterogeneidade intra-regional é a situação do Distrito Federal, com o mais elevado PIB per capita do país, igual a CZ\$ 209,00, bem mais elevado do que os observados para os demais estados componentes da região, ou seja, Mato Grosso (CZ\$ 65,00), Goiás (CZ\$ 59,00) e Mato Grosso do Sul (CZ\$ 98,00).

A Tabela V mostra a evolução de V_w no período 1950/69 e nos anos 1970, 1975 e 1980. Embora sejamos tentados a fazer a comparação que tais dados permitiriam, infelizmente tal não pode ser feito pelas seguintes razões:

i) os valores de V_w foram calculados com estimativas revistas pelo Centro de Contas Nacionais da FGV para os anos de 1970, 1975 e 1980, enquanto que para os anos anteriores a 1970 tal revisão não foi efetuada;

ii) os valores de V_w para os anos do período 1950/69 foram calculados com dados de 20 estados (as observações da Guanabara e do antigo Estado do Rio de Janeiro estão agregadas), enquanto que para 1970 foram utilizados os dados de 24 estados e em 1975 e 1980 de 25 estados. Como a medida de desigualdade (V_w) é sensível à quantidade de observações, aumentando para quantidades cres-

TABELA V
COEFICIENTE DE DESIGUALDADE INTERESTADUAL (VW)
DOS PIB "PER CAPITA" NO PERÍODO
1950/69 E EM 1970, 1975 e 1980

ANO	VW	ANO	VW
1950	0,65	1962	0,54
1951	0,65	1963	0,59
1952	0,67	1964	0,54
1953	0,65	1965	0,53
1954	0,66	1966	0,55
1955	0,65	1967	0,54
1956	0,63	1968	0,55
1957	0,62	1969	0,57
1958	0,63	1970	0,66
1959	0,59	1975	0,62
1960	0,58	1980	0,54
1961	0,58		

FONTE: 1950/69, SUDENE/PIMES, Desigualdades Regionais do Desenvolvimento Brasileiro, Recife, vol.1, 1982, pg. 25 para 1970, 1975 e 1980, cálculo do autor.

OBS.: Os VW acima estão calculados com quantidade variada de estados (ver texto para esclarecimentos).

centes delas, não se pode concluir quanto do observado acréscimo de Vw que se tem entre 1969 e 1970 se deve ao aumento da quantida de de estados envolvidos no cálculo e quanto se refere a um pos-sível agravamento nos desníveis interestaduais de desenvolvimento que, aliás, estava começando ligeiramente a operar a partir de 1965. Neste ano, Vw era igual a 0,53 e, em 1969, passou para 0,57, sendo que em 1970 seu valor passou para 0,66.

Finalmente, convém deixar registrado que não se deve esquecer que as estimativas de Produto, com as quais foram feitas todas as análises acima, se referem às estimativas do PIB produzido na região, mas não necessariamente o PIB da região. Esta dis-tinção é muito importante na análise regional porque a economia de uma região é aberta, de onde fluem, sem controle administrativo e fiscal, recursos financeiros. Assim, embora uma série de atividades possa se localizar e produzir bens e serviços nas regiões menos desenvolvidas do país, a apropriação de uma parcela considerável dos rendimentos por elas gerados pode se dar em outras regiões que não aquelas, para remunerar não-residentes nas mesmas, aumentando o nível de bem-estar nas outras regiões (ou de outros países) pelo vazamento da renda regional. Como muitos investimen-tos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm sido feitos com recursos extra-regionais, é bem possível que este fenômeno de vazamento de renda esteja operando e que as melhorias no nível médio de bem-estar, aqui detectado pelo acréscimo no PIB per capita, não tenha se efetivado na grandeza sugerida pelos indicado-res utilizados⁶.

IV - AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS E AS DESIGUALDADES DE DESEMPE- NHO PRODUTIVO DAS REGIÕES

As diferenças de crescimento econômico observadas para as regiões brasileiras na última década resultaram de alterações

⁶A influência do vazamento de renda regional sobre a medida de desigualdade foi analisada por Paulo R. Haddad em "A Questão Regional no Brasil do Século XXI: A Longa e Recalcitrante Persistência dos Desequilíbrios de Desenvolvimento no Espaço Econômico". Seminário Brasil Século XXI. Universidade de Campinas, agosto de 1988, mimeo.

importantes na estrutura produtiva de cada uma delas no decorrer dos últimos 30 anos. Por outro lado, as desigualdades econômicas existentes entre elas foram provocadas por desempenhos produtivos diferenciados que se materializam nas variadas disparidades do PIB per capita assinaladas na seção anterior. Para mostrar as transformações ocorridas na estrutura produtiva regional, vamos usar as estimativas da Renda Interna de cada região para 1949 e 1959, não revistas pela Fundação Getúlio Vargas, como uma proxy do seu PIB para complementar a série da repartição do produto regional pelos setores produtivos.

Desagregando-se o PIB regional pelos setores primário, secundário e terciário, como mostrado na Tabela VI, pode-se notar que a região Sudeste sempre teve, nos últimos 30 anos, o predomínio produtivo do país, para qualquer setor. Isto é particularmente acentuado no setor secundário, onde as atividades manufatureiras concentradas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais sempre produziram mais de 70% do Produto do setor. No setor terciário, o predomínio do Sudeste também tem sido grande. No caso das atividades primárias, há uma menor concentração regional do Produto do setor, com acentuada participação das regiões Nordeste, Sudeste e Sul. No que tange ao Norte e ao Centro-Oeste, as atividades primárias ainda significam pouco em relação ao total nacional, embora ambas as regiões tenham ampliado consideravelmente a sua participação relativa no PIB setorial, tendo o Centro-Oeste passado o seu percentual de 3,19% em 1949 para 11,36% em 1980.

Em todos os três setores produtivos houve uma tendência no sentido de uma participação crescente das regiões menos desenvolvidas. Na realidade, deve-se esperar que tal tendência esteja ainda em operação na década atual em função do transbordamento do processo de crescimento nacional, via grandes investimentos apoiados pelo governo federal nestas regiões, principalmente no Norte e no Nordeste.

Que ocorreu um processo de transformação na estrutura produtiva interna das regiões é inegável. A Tabela VII registra

as tendências das transformações ocorridas no período 1949/80. Nesta tabela aparece a distribuição setorial do PIB regional pelos três setores produtivos. Todas as regiões estão se comportando dentro do padrão clássico observado no desenvolvimento dos países mais avançados, o qual sempre provocou uma maior participação relativa da indústria e dos serviços (com grande predomínio deste último setor) e uma menor participação da agricultura. É interessante observar que, no caso das regiões brasileiras, cada uma delas encontra-se em um estágio diferente deste processo padrão de desenvolvimento: o Sudeste, mais avançado; o Sul com uma agricultura ainda bem participante no PIB total (cerca de 17%) em razão das suas vantagens comparativas; o Nordeste, com uma proporção razoavelmente alta da indústria no seu PIB (como resultado do grande número de projetos industriais incentivados pelo governo); o Norte com um setor primário que teve sua parcela no PIB diminuída, mas com esperada participação ainda crescente no futuro; e o Centro-Oeste, com uma participação industrial pequena (15%) e o setor primário respondendo por uma parte considerável do PIB da região, quase 21%.

É claro que o exame das percentagens da Tabela VII não deve ser feito sem se atentar para o fato de que existem grandes diferenças intra-setores entre as regiões, ou seja, as características da agricultura do Nordeste são diferentes das do mesmo setor para o Sudeste e assim por diante para os demais setores e regiões.

As transformações que se processaram nas economias regionais tenderam a diminuir as disparidades inter-regionais de renda. Entretanto, dado o fato de que as regiões Sudeste e Sul têm condições econômicas e sociais mais avançadas, tais melhorias nas regiões menos desenvolvidas do país não puderam afetar de modo mais significativo as grandes desigualdades ainda presentes entre as regiões.

TABELA VI
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO GERADO
PELOS SETORES PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO
 (Em Percentagem)

SETOR E ANO	REGIÃO					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.OESTE	
Setor Primário:						
1949	1,69	19,26	54,72	21,14	3,19	100,00
1959	2,40	27,94	38,11	26,90	4,65	100,00
1970	4,06	20,87	34,23	33,42	7,41	100,00
1975	3,70	19,81	32,09	36,14	8,27	100,00
1980	4,99	19,49	34,69	29,51	11,36	100,00
Setor Secundário:						
1949	0,90	9,71	75,23	13,42	0,74	100,00
1959	1,24	7,51	78,17	12,25	0,83	100,00
1970	1,07	7,01	79,08	11,95	0,88	100,00
1975	1,33	7,49	75,21	14,83	1,14	100,00
1980	3,00	9,49	69,05	16,24	2,22	100,00
Setor Terciário:						
1949	2,04	12,95	70,79	12,86	1,36	100,00
1959	2,29	12,73	68,72	14,05	2,21	100,00
1970	2,33	12,21	65,17	15,59	4,70	100,00
1975	2,18	11,58	65,10	16,01	5,13	100,00
1980	2,79	12,36	62,89	15,13	6,82	100,00

FONTE: Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas.

TABELA VII
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO PRODUTO
INTERNO BRUTO REGIONAL
(Em Percentagem)

REGIÃO E SETORES	ANOS				
	1949	1959	1970	1975	1980
<u>Norte</u>					
Primário	26,27	24,58	23,55	21,76	16,11
Secundário	11,62	16,99	15,13	20,05	37,21
Terciário	62,11	58,43	61,32	58,19	46,68
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<u>Nordeste</u>					
Primário	36,58	40,16	22,35	21,64	16,32
Secundário	15,01	14,39	18,35	20,95	30,32
Terciário	48,41	45,45	59,30	57,41	53,36
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<u>Sudeste</u>					
Primário	21,40	12,17	6,55	6,17	5,57
Secundário	24,47	33,30	36,95	37,03	42,34
Terciário	54,13	54,53	56,50	56,80	52,09
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<u>Sul</u>					
Primário	36,80	34,42	25,08	26,64	17,41
Secundário	19,42	20,91	21,90	25,89	36,56
Terciário	43,78	44,67	53,02	49,47	46,03
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<u>Centro Oeste</u>					
Primário	49,50	41,43	24,00	23,93	20,66
Secundário	9,63	9,87	6,99	8,47	15,37
Terciário	30,87	48,70	69,01	67,60	63,97
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas.

V - AS DESIGUALDADES INTER-REGIONAIS NA DÉCADA DE 80

Estatísticas semelhantes às que foram utilizadas na seção anterior, quando analisamos a evolução das desigualdades inter-regionais e o desempenho produtivo setorial das regiões, não estão ainda disponíveis. O IBGE não tem as estimativas de Produto Interno Bruto estaduais para anos pós-1980 e os resultados dos Censos Econômicos de 1985 ainda estão em processamento.

Para sanar esta deficiência de dados quando se pretende examinar qual teria sido a tendência recente das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento tem que se recorrer a outras informações que servem como elementos comparativos na análise que estamos fazendo. Vamos utilizar dois tipos de informações: as estimativas de Produto Interno Bruto a custo de fatores feitas pela SUDENE para os estados nordestinos e os dados estaduais e regionais dos rendimentos mensais dos trabalhadores levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

As estimativas da SUDENE para os PIB estaduais só são disponíveis para os anos do período 1980/83 e para a região no período 1980/86. Assim, embora seja possível uma comparação Nordeste vs. Brasil entre 1980 e 1986, para os estados da região, a análise só pode ser feita para o subperíodo 1980/83. Nos cálculos do PIB per capita foram utilizadas as estimativas feitas pelo IBGE para as populações residentes nos mesmos, nos anos respectivos.

As informações estaduais da PNAD só são possíveis a partir de 1984. As PNAD anteriores a 1984 não coletavam os dados com a abrangência e a representatividade estaduais, embora para alguns estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, as informações estão publicadas. Analisaremos, portanto, a evolução dos rendimentos médios (em todas as fontes) do pessoal ocupado nos estados. Deve-se registrar que para os estados nortistas só existem informações para o Amazonas e para o Pará, faltando, portanto, dados para Rondônia, cujo dinamismo na década anterior foi tão destacado.

V.a - A evolução do PIB nordeste

Os dados disponíveis para o Produto Interno Bruto da região Nordeste são importantes porque sendo a mesma a de menor nível de desenvolvimento, aqui mensurado pelo PIB per capita, nos permite estudar como as atividades econômicas evoluíram na presente década em termos comparativos com o desenvolvimento nacional.

A Tabela VIII mostra a evolução do PIB per capita de cada estado nordestino, da região Nordeste e do Brasil. A Tabela IX exhibe a relação PIB per capita do estado e da região/PIB per capita nacional para mostrar a evolução das desigualdades estado nordestino/Brasil e Nordeste/Brasil. A mesma tabela mostra a relação PIB per capita do estado/PIB per capita do Nordeste para indicar de que forma se alteraram as desigualdades intra-regionais no período.

O exame destas tabelas permite que sejam tiradas as seguintes conclusões a respeito das desigualdades econômicas e sociais existentes entre a região relativamente menos desenvolvida, e aquilo que representa a média nacional:

- o nível de desenvolvimento econômico e social médio da população nordestina (aqui medido pelo PIB per capita) ainda é extremamente baixo, representando apenas 60% do nível médio nacional em 1986. Se a comparação for feita com os estados mais desenvolvidos do país, evidentemente as desigualdades ficam bastante ampliadas. Deve-se ressaltar que para alguns estados nordestinos o desnível é muito maior, como são os casos do Maranhão, do Piauí e da Paraíba, cujos PIB per capita eram de menos de 30% do nacional;

- a despeito do nível de desenvolvimento ainda ser baixo, houve uma considerável melhoria em relação à situação que prevalecia em 1980, quando o PIB per capita da região só correspondia a apenas 43% do nacional. Assim, o período 1980/86 mostrou uma diminuição nas desigualdades Nordeste/Brasil;

TABELA VIII

PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES PER CAPITA PARA OS ESTADOS
DO NORDESTE, PARA O NORDESTE E PARA O BRASIL, 1980/86(*)

(EM CZ\$ de 1980)

ESTADO, NORDESTE E BRASIL	A N O						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Maranhão	24	23	25	21	N.D.	N.D.	N.D.
Piauí	26	27	29	27	N.D.	N.D.	N.D.
Ceará	38	36	41	38	N.D.	N.D.	N.D.
R.G.Norte	45	46	53	54	N.D.	N.D.	N.D.
Paraíba	30	29	29	27	N.D.	N.D.	N.D.
Pernambuco	53	54	58	53	N.D.	N.D.	N.D.
Alagoas	42	50	56	54	N.D.	N.D.	N.D.
Sergipe	59	69	79	85	N.D.	N.D.	N.D.
Bahia	60	56	60	66	N.D.	N.D.	N.D.
Nordeste	45	45	48	48	53	56	62
Brasil	104	98	97	93	96	101	107(*)

FONTES DOS DADOS: Para o Brasil, FGV, Centro de Contas Nacionais; para o Nordeste e seus Estados, Estimativas da Sudene.

(*) Para o cálculo per capita foram usadas as estimativas de população residente do IBGE.

TABELA IX

PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES PER CAPITA ESTADUAL E REGIONAL

COMO (A) PROPORÇÃO DO PIB C.F. PER CAPITA NACIONAL E

(B) DO PIB C.F. PER CAPITA REGIONAL

(Em Proporção)

ESTADO, NORDESTE E BRASIL	A N O						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
(A):							
Maranhão	0,23	0,23	0,25	0,22	N.D.	N.D.	N.D.
Piauí	0,25	0,27	0,29	0,29	N.D.	N.D.	N.D.
Ceará	0,37	0,37	0,43	0,41	N.D.	N.D.	N.D.
R.G.Norte	0,43	0,47	0,54	0,58	N.D.	N.D.	N.D.
Paraíba	0,29	0,29	0,30	0,29	N.D.	N.D.	N.D.
Pernambuco	0,51	0,55	0,60	0,58	N.D.	N.D.	N.D.
Alagoas	0,40	0,51	0,58	0,58	N.D.	N.D.	N.D.
Sergipe	0,57	0,70	0,81	0,92	N.D.	N.D.	N.D.
Bahia	0,57	0,57	0,62	0,71	N.D.	N.D.	N.D.
Nordeste	0,43	0,45	0,50	0,52	0,55	0,55	0,58
Brasil	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
(B):							
Maranhão	0,53	0,51	0,51	0,44	N.D.	N.D.	N.D.
Piauí	0,58	0,60	0,59	0,57	N.D.	N.D.	N.D.
Ceará	0,85	0,81	0,85	0,79	N.D.	N.D.	N.D.
R.G.Norte	1,00	1,03	1,09	1,13	N.D.	N.D.	N.D.
Paraíba	0,67	0,65	0,60	0,57	N.D.	N.D.	N.D.
Pernambuco	1,18	1,20	1,19	1,12	N.D.	N.D.	N.D.
Alagoas	0,93	1,13	1,16	1,13	N.D.	N.D.	N.D.
Sergipe	1,31	1,55	1,66	1,78	N.D.	N.D.	N.D.
Bahia	1,33	1,26	1,24	1,38	N.D.	N.D.	N.D.
Nordeste	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

FONTE DOS DADOS: SUDENE, estimativas do PIB regional e estadual.

- a observada diminuição nas desigualdades inter-regionais decorreu não só porque a região Nordeste mostrou um excelente nível de crescimento do seu PIB (que se expandiu à taxa média anual de 7,37%) no período e do seu PIB per capita (aumentou à taxa média anual de 5,33%), enquanto a economia nacional passava por uma flutuação cíclica que permitiu que seu PIB crescesse apenas à taxa anual de 2,72 e o PIB per capita tivesse uma evolução pequena, com crescimento de apenas 0,48% ao ano naquele período;

- houve aumento nas desigualdades relativas internas da região, pelo menos no subperíodo 1980/83. Isto decorreu do fato de que foi possível aos estados nordestinos, que em 1980 exibiam os maiores níveis de PIB per capita, crescerem a taxas extraordinárias (a Bahia aumentou o seu PIB per capita em 10% no subperíodo; Sergipe aumentou de 42%; Rio Grande do Norte, de 20% e Alagoas de 28%), enquanto que os demais estados mostraram um crescimento econômico insatisfatório, já que seu PIB per capita estagnasse (Pernambuco), caísse (Maranhão, Ceará e Paraíba), ou crescesse bem menos (Piauí).

V.b - A evolução do rendimento médio nas PNAD

Existem diversas dificuldades para a utilização das informações sobre rendimento obtidas pelas PNAD para efeito da análise das diferenças de níveis de desenvolvimento econômico dos estados e das regiões brasileiras, principalmente porque elas não são substitutas perfeitas para os dados de Produto ou Renda da unidade geográfica. Em primeiro lugar, os dados obtidos pela PNAD se referem unicamente aos rendimentos da mão-de-obra, aí incluídos os empregados, os empregadores e os trabalhadores por conta própria, ficando de fora, portanto, todos os demais rendimentos que são computados nas contas nacionais, como os rendimentos das pessoas jurídicas, por exemplo. Por outro lado, a análise comparativa dos rendimentos médios por unidade geográfica teria que levar em conta os diferentes níveis de ocupação da força de trabalho de cada unidade geográfica para se ponderar aquele rendimento médio e permitir uma comparação adequada dos diferenciais de

níveis de bem-estar das respectivas populações. Além disso, as flutuações cíclicas por que tem passado a economia brasileira no período recente devem ter afetado diferentemente o nível de ocupação da força de trabalho dos estados e das regiões (acabamos de ver, por exemplo, que o comportamento econômico do Nordeste foi bastante diverso do observado para a economia brasileira como um todo), o que exigiria um detalhado exame do grau de representatividade que os rendimentos médios da mão-de-obra teria em termos de proxy para o Produto para a unidade geográfica. Apesar destes problemas, cremos que será interessante observar as informações obtidas pelas PNAD nos anos de 1984, 1985 e 1986.

A Tabela X registra o rendimento médio das pessoas ocupadas do estado e da região como percentagem do rendimento médio mensal das mesmas no país e como percentagem do rendimento médio mensal da sua própria região. A análise destas tabelas permite que sejam tiradas as seguintes conclusões:

i) os rendimentos médios mensais da mão-de-obra têm uma variância muito menor entre os estados e as regiões do que as reais diferenças de níveis de desenvolvimento destas unidades. Veja-se, por exemplo, a situação em 1986, quando as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste mostram um rendimento médio mensal para a mão-de-obra em torno de CZ\$ 31.000,00, enquanto o Sul tem um rendimento de CZ\$ 24.000,00 e o Nordeste de CZ\$ 14.000,00. A se crer nestas médias (e na sua representatividade relativa) a região Norte (aqui representada apenas pelo Amazonas e pelo Pará) já teria atingido o nível de desenvolvimento da área mais desenvolvida do país, ultrapassando a região Sul, o que certamente não é verdade (constituindo-se numa anomalia dos dados), apesar do grande dinamismo econômico que já detectamos no passado recente para estas duas regiões de fronteira;

ii) considerando a informação sobre os rendimentos médios mensais como apenas um dos indicadores para o desempenho econômico das regiões nos anos mais recentes, pode-se observar que a evolução dos mesmos nos anos de 1984, 1985 e 1986 foi no sentido de estabilizar as desigualdades interestaduais e inter-regionais

TABELA X
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO PESSOAL OCUPADO NOS ESTADOS, REGIÕES E NO
BRASIL EM 1984, 1985 E 1986 E COMPARAÇÃO DO MESMO COM O
O RENDIMENTO MÉDIO NACIONAL E COM O REGIONAL
(Rendimento em Cz\$ de março de 1988)*

REGIÕES, ESTADOS E BRASIL	1984			1985			1986		
	RENDIMEN TO MÉDIO MENSAL	% DO REN DIMENTO MÉDIO NA CIONAL	% DO REN DIMENTO MÉDIO RE GIONAL	RENDIMEN TO MÉDIO MENSAL	% DO REN DIMENTO MÉDIO NA CIONAL	% DO REN DIMENTO MÉDIO RE GIONAL	RENDIMEN TO MÉDIO MENSAL	% DO REN DIMENTO MÉDIO NA CIONAL	% DO REN DIMENTO MÉDIO RE GIONAL
<u>Norte</u>	19.832	122	100	23.327	121	100	30.354	117	100
Amazonas	19.703	121	99	23.387	122	100	31.462	121	104
Pará	18.411	113	93	20.787	108	89	27.414	106	90
<u>Nordeste</u>	9.367	58	100	10.363	54	100	14.614	56	100
Maranhão	7.429	46	79	7.082	37	68	10.977	42	75
Piauí	6.525	40	70	6.542	34	63	10.271	40	70
Ceará	8.333	51	89	9.123	47	88	14.289	55	98
R.G.Norte	9.432	58	101	10.083	52	97	15.234	59	104
Paraíba	7.946	49	85	9.543	50	92	11.960	46	82
Pernambuco	10.465	64	112	11.964	62	115	15.931	61	109
Alagoas	9.690	60	103	11.304	59	109	15.043	58	103
Sergipe	10.013	62	107	10.984	57	106	15.712	60	108
Bahia	10.917	67	117	12.324	64	119	16.819	65	115
<u>Sudeste</u>	19.962	123	100	22.807	119	100	31.662	122	100
M.Gerais	13.760	85	69	15.885	83	70	23.615	91	75
Esp.Santo	14.600	90	73	18.086	94	79	29.428	113	93
R.Janeiro	20.155	124	101	23.327	121	102	30.030	116	95
São Paulo	23.192	142	116	26.208	136	115	36.129	139	114
<u>Sul</u>	16.085	99	100	18.326	95	100	24.627	95	100
Paraná	15.181	93	94	17.105	89	93	23.902	92	97
S.Catarina	15.698	96	98	17.025	88	93	24.436	94	99
R.G. Sul	17.184	106	107	20.026	104	109	25.391	98	103
<u>C.-Oeste</u>	18.540	114	100	21.327	111	100	32.989	127	100
M. Grosso	16.861	104	91	19.366	101	91	34.592	133	105
Goiás	15.569	96	84	17.886	93	84	30.011	116	91
D. Federal	30.298	186	163	34.271	178	161	44.835	173	136
M.G. Sul	16.925	104	91	19.466	101	91	27.672	107	84
Brasil	16.279	100		19.246	100		25.973	100	

FONTE: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1984, 1985 e 1986.

* IGP/DI.

naquele período: calculando-se o mesmo coeficiente Vw com estes dados chega-se aos valores 0,33; 0,33 e 0,32 para aqueles anos, mostrando, portanto, uma redução bastante insignificante, de 1985 para 1986, nas desigualdades interestaduais (esta conclusão não deve conflitar com o fato de ter diminuído a diferença entre o Nordeste e o Brasil, conforme vimos, pois esta diminuição pode ter sido contrabalançada com o aumento relativo nas desigualdades para as outras regiões);

iii) inter-regionalmente, a tendência geral foi a de diminuição das desigualdades entre os estados da mesma região, de forma mais marcante nas regiões Norte e Centro-Oeste, conforme se pode ver pelas comparações relativas dos rendimentos médios de cada estado em relação ao rendimento médio da respectiva região.

Deve-se registrar que as informações sobre rendimento médio mensal das PNAD observado mostram um acentuado crescimento no período observado, da ordem de mais de 50% (mais de 70% para a região Centro-Oeste) para todas as regiões e para a maioria dos estados. O dado de 1986 está muito influenciado pelo impacto que o Plano Cruzado teve, em termos reais, sobre a remuneração da força de trabalho. Sob este aspecto, embora não se tenha detectado grande modificação nas diferenças inter-regionais assistiu-se, na aquele ano, a uma grande melhoria nos níveis absolutos de rendimento mensal da força de trabalho nos estados e regiões. O fracasso posterior do Plano, o agravamento do processo inflacionário e a queda nos níveis de atividade nos últimos tempos certamente devem ter prejudicado esta melhoria nos níveis de bem-estar e atrasado o processo de melhor distribuição regional do desenvolvimento nacional.

VIII - COMENTÁRIOS FINAIS

Ainda são grandes as disparidades de desenvolvimento econômico existentes no país. Após quase 30 anos de atuação governamental para promover a diminuição nas disparidades inter-regionais de renda através da criação de diversos órgãos de promoção do desenvolvimento regional e a utilização de vários instrumentos

fiscais e creditícios para fomentar a criação de atividades econômicas nas áreas atrasadas do país, ainda existem enormes diferenças entre as regiões e entre os estados no Brasil.

A teoria do desenvolvimento regional é inconclusiva quanto à tendência do processo de desigualdades inter-regionais instaurado em um país. Entretanto, dado o nível de desigualdades existente no Brasil, o importante é que, qualquer que seja esta tendência, a necessidade da implementação de programas governamentais que estimulem o crescimento econômico das regiões mais atrasadas do país é de prioridade incontestável. Obviamente, os resultados que têm sido colhidos até aqui fazem-nos pensar que há necessidade de melhorar a eficácia dos mesmos porque o que se conseguiu até o momento pode ter sido muito em relação ao que era possível, mas pouco em relação ao que era necessário para reduzir significativamente a pobreza no país.

As informações disponíveis que caracterizam os desníveis de desenvolvimento econômico entre os estados e as regiões mostram que de modo geral, nas décadas de 70 e de 80, a tendência foi no sentido de uma diminuição nas desigualdades. Proximamente será possível, com estimativas mais recentes do Produto e com a publicação dos resultados dos censos econômicos de 1985, ter-se uma idéia mais adequada e melhor fundamentada do comportamento destas desigualdades. Com base nos indicadores aqui utilizados, entretanto, pode-se dizer, que nos últimos 16 anos a evolução das disparidades inter-regionais e intra-regionais funcionou no sentido de se ter uma menor (embora ainda grande em termos absolutos) heterogeneidade nos níveis de bem-estar no território nacional.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

EDITADOS A PARTIR DE 1987

- Nº 104 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 1: Proposta de Reforma do Sistema Tributário Brasileiro", Fernando A. Rezende da Silva, Março 1987, 63 p.
- Nº 105 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 2: Tributação de Renda e do Patrimônio", Francisco de Paulo Corrcia Carneiro Giffoni e Luiz A. Villela, Fevereiro 1987, 67 p.
- Nº 106 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 3: Tributação de Mercadorias e Serviços", Ricardo Varsano, Fevereiro 1987, 165 p.
- Nº 107 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 4: Contribuições Sociais", Fernando A. Rezende da Silva e Beatriz A. Silva, Fevereiro 1987, 94 p.
- Nº 108 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 5: Federalismo Fiscal", José Roberto Afonso e Thereza Lobo, Março, 153 p.
- Nº 109 - "A Aritmética da Escala Móvel: Uma Análise do Comportamento do Salário Real num Regime de Reajustes, com Periodicidade Endógena", Fábio Giambiagi, Março 1987, 30 p.
- Nº 110 - "Inflação, Preços Mínimos e Comercialização Agrícola: A Experiência dos Anos Oitenta", Gervásio Castro de Rezende, Abril 1987, 39 p.
- Nº 111 - "A Política Salarial e a Crise Econômica", Fernando A. Rezende da Silva, Maio 1987, 32 p.
- Nº 112 - "Surplus Labor and Industrialization", Kevin M. Murphy, Andrei Shleifer e Robert W. Vishny, Maio 1987, 19 p.

- Nº 113 - "Um Modelo de Consistência Multissetorial para a Economia Brasileira", Márcio Gomes Pinto Garcia, Maio 1987, 42 p.
- Nº 114 - "Endividamento Municipal: O Estado Atual das Dívidas das Capitais Estaduais", Thompson Almeida Andrade, Agosto 1987, 26 p.
- Nº 115 - "Modelo de Equilíbrio Geral para o Brasil com Fluxos Reais e Financeiros Integrados", Marco Antonio Cesar Bonomo, Outubro 1987, 43 p.
- Nº 116 - "Elasticidades de Engel no Brasil usando um Sistema de Equações com Especificação LOGIT", José W. Rossi e Cesar das Neves, Outubro 1987, 15 p.
- Nº 117 - "Projeções do IPCA", Pedro L. Valls Pereira e Sergio S. Portugal, Outubro 1987, 36 p.
- Nº 118 - "A Carteira de Trabalho e as Condições de Trabalho e Remuneração dos Chefes de Família no Brasil", Ricardo Paes de Barros e Simone Varandas, Outubro 1987, 28 p.
- Nº 119 - "Perspectivas e Necessidades Educacionais da Mão-de-Obra", Manoel Augusto Costa, Outubro 1987, 16 p.
- Nº 120 - "Modelo Multissetorial CEPAL/IPEA para o Brasil", Fábio Giambiagi, Guilherme Gomes Dias, Juan José Pereira e Márcio Gomes Pinto Garcia, Outubro 1987, 124 p.
- Nº 121 - "A Reforma Fiscal no Processo de Elaboração da Nova Constituição", Fernando A. Rezende da Silva e José Roberto R. Afonso, Novembro 1987, 53 p.
- Nº 122 - "Avaliação do Sistema Tributário Proposto no Projeto de Constituição", Ricardo Varsano, Novembro 1987 35 p.
- Nº 123 - "O Orçamento Brasileiro: seu Processo Atual e as Rerformulações Propostas no Projeto Constitucional", Maria da Conceição Silva, Novembro 1987, 30 p.

- Nº 124 - "As Contribuições Sociais no Projeto de Constituição", Beatriz Azeredo, Novembro 1987, 55 p.
- Nº 125 - "Endividamento Municipal: Análise da Situação Financeira de Quatro Capitais Estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador)", Thompson A. Andrade, Novembro 1987, 33 p.
- Nº 126 - "Ajuste Externo e Agricultura no Brasil: 1981/86" , Gervásio Castro de Rezende, Dezembro 1987, 46 p.
- Nº 127 - "Considerações sobre a Relação entre a Dívida Pública e a Inflação", José W. Rossi, Dezembro 1987, 09 p.
- Nº 128 - "Estratégias de Desenvolvimento: América Latina vs. Leste Asiático", Armando Castelar Pinheiro, Dezembro 1987, 35 p.
- Nº 129 - "Industrial Policies and Multinational Enterprises in Latin America", Helson C. Braga e Virene Matesco, Dezembro 1987, 30 p.
- Nº 130 - "A Sensibilidade das Medidas de Desigualdade à Padronização da Jornada de Trabalho", Ricardo Paes de Barros, Janeiro 1988, 28 p.
- Nº 131 - "Influência das Paridades Cambiais sobre a Dívida Externa: O Caso Brasileiro - 1983/86", Fábio Giambiagi, Janeiro 1988, 23 p.
- Nº 132 - "O (Des) controle do Endividamento de Estados e Municípios - Análise Crítica das Normas Vigentes e Propostas de Reforma", Fernando Rezende e José R. Afonso , Janeiro 1988, 75 p.
- Nº 133 - "O Efeito-Tanzi" e o Imposto de Renda da Pessoa Física: Um Caso de Indexação Imperfeita", Fábio Giambiagi, Março 1988, 17 p.



- Nº 134 - "Estimação e Resultados do MOPSE - Modelo para Projeções do Setor Externo", Sandra M. Polónia Rios, Regis Bonelli, Eustáquio J. Reis, Março 1988, 86 p.
- Nº 135 - "Investimento em Capital Fixo na Economia Brasileira: Estimativas Trimestrais para o Período 1975/87", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março 1988, 23 p.
- Nº 136 - "Os Investimentos Governamentais na Infra-Estrutura Social: O Caso do FINSOCIAL", Bernhard Beiner, Abril 1988, 27 p.
- Nº 137 - "Testes de Exogeneidade da Moeda para a Economia Brasileira", Pedro L. Valls Pereira e João Luiz Mascolo, Maio 1988, 22 p.
- Nº 138 - "A Receita Fiscal no Brasil: 1982/87 - Análise do Comportamento da Arrecadação Global e da sua Composição", Fábio Giambiagi, Maio 1988, 18 p.
- Nº 139 - "O Brasil e a Atual Rodada de Negociações do GATT", José Tavares de Araujo Jr, Maio 1988, 21 p.
- Nº 140 - "Produtividade e vantagens comparativas dinâmicas na indústria brasileira: 1970/83", Helson C. Braga e Ernani Hickmann, Junho 1988, 23 p.
- Nº 141 - "Dívidas e Déficits: Projeções para o Médio Prazo", E.J. Reis, R. Bonelli e S.M. Polónia Rios, Junho 1988, 45 p.
- Nº 142 - "Importação de Tecnologia e Esforço Tecnológico da Indústria Brasileira: Uma Análise de seus Fatores Determinantes", Helson C. Braga e Larry N. Willmore, Junho 1988, 32 p.
- Nº 143 - "Estimativas de Preços Econômicos no Brasil", Ronaldo Serôa da Motta, Junho 1988, 18 p.

- Nº 144 - "Migrações Interestaduais no Brasil, 1950/80", Manoel Augusto Costa, Junho 1988, 55 p.
- Nº 145 - "Distribuição de Renda: Evolução no Último Quarto de Século", Regis Bonelli e Guilherme Sedlacek, Junho 1988, 23 p.
- Nº 146 - "Cenários Demográficos Regionais até 2005", Manoel Augusto Costa, Junho 1988, 38 p.
- Nº 147 - "Demanda Derivada de Energia no Transporte de Passageiro", Newton de Castro, Julho 1988, 41 p.
- Nº 148 - "Mobilidade entre Classes de Renda no Brasil", Manoel Augusto Costa, Julho 1988, 50 p.
- Nº 149 - "Uma Análise Comparativa de Alguns Resultados do Suplemento Previdência da PNAD-83 e Dados da DATAPREV", Kaizô Iwakami Beltrão e Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, Julho 1988, 36 p.
- Nº 150 - "Os Conceitos de Custo da Dívida Mobiliária Federal e Déficit Operacional do Setor Público: Uma Crítica", Fábio Giambiagi, Julho 1988, 18 p.
- Nº 151 - "Linkages and Economic Development: the Case of Brazil Reconsidered", Benedict J. Clements e José W. Rossi, Agosto 1988, 22 p.
- Nº 152 - "On the Empirical Content of the Formal-Informal Labor Market Segmentation Hypothesis", Ricardo Paes de Barros, Agosto 1988, 50 p.
- Nº 153 - "Estabelecimento e Comparação de Linhas de Pobreza para o Brasil", Sonia Rocha, Setembro 1988, 41 p.
- Nº 154 - "Trend, Seasonality and Seasonal Adjustment", A. C. Harvey e Pedro L. Valls Pereira, Setembro 1988, 50 p.

Nº 155 - "Decomposição dos Efeitos de Intensidade Energética no Setor Industrial Brasileiro", Ronaldo Serôa da Motta e João Lizardo de Araújo, Outubro 1988, 22 p.

O INPES edita ainda as seguintes publicações: Pesquisa e Planejamento Econômi
co; Literatura Econômica; Coleção Relatórios de Pesquisa; Série Monográfica;
Série PNPE; Série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior (EPICO);
Relatório Interno; Informes Conjunturais; Boletim Conjuntural; Série Estu
dos sobre Economia do Setor Público (ESEP); Série Fac-Símile; Informe Técnico
INPES e Carta de Conjuntura.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)